

A INSERÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA INTERNACIONAL (1)

Shiguenoli Miyamoto
Deptº de Ciência Política do IFCH

INTRODUÇÃO

O limiar do ano 2.000 que se aproxima com a velocidade de um raio traz receios, dúvidas e vontades de toda espécie.

Receios de que o mundo de amanhã nada mais seja do que a repetição dos dias que vivemos hoje. conflitos políticos, disputas territoriais, divergências econômicas, desigualdades regionais, disparidades sócio-econômicas e uma infinidade de dados pouco abonadores sobre a conduta adotada pelos Estados responsáveis pela ordem mundial

Dúvidas sobre a existência de uma vontade política para alterar este quadro, já que se enfatiza constantemente a necessidade de se estabelecer uma nova ordem mundial mais justa, mais equitativa, mais humana, mas pouco é feito

(1) Este texto faz parte de um número especial da revista São Paulo em Perspectiva, da Fundação SEADE, versando sobre as relações internacionais do Brasil. Vários tópicos importantes não foram levantados neste texto porque os outros ensaios dão conta dos mesmos, como a Iniciativa para as Américas, Mercosul, etc. Da mesma forma limitamo-nos, neste texto, a apenas algumas variáveis, não focalizando as concepções geopolíticas e a questão do "destino manifesto", bastante conhecidas

E desejos de que a ordem internacional realmente se transforme, abrindo espaços para que todos os Estados - independentemente de tamanho, de poder e de ideologias - participem equanimemente nas tomadas de decisão das políticas globais, uma vez que medidas assumidas no contexto das relações internacionais têm sempre implicações nas políticas domésticas de todos os países do mundo.

Assim, um aumento no preço do petróleo ou do ouro, uma lei protecionista ou uma crise na Bolsa de Valores de Nova York ou Londres, por exemplo, imediatamente repercute nas políticas econômicas de todas as nações, já que a economia é, hoje, altamente internacionalizada, onde ninguém pode ou consegue dar-se ao prazer de tomar decisões sem levar em conta o que se passa nos centros financeiros dos países industrializados.

Receios, dúvidas e vontades - oriundos basicamente dos países subdesenvolvidos - são, contudo, palavras que se perdem ao sabor do vento, esmagadas pelo jogo de poder cotidiano que estrutura as relações internacionais.

Os mais otimistas costumam argumentar que a noção de poder não é, hoje, o elemento que permeia o relacionamento entre os Estados, e que o mesmo não orienta as tomadas de decisão nos assuntos que afetam o sistema internacional como um todo.

Pode-se concordar com os defensores deste tipo de abordagem, mas só em parte. Afinal de contas, neste final de século alguns sinais indicadores de boa vontade podem ser encontrados nos intercâmbios interestatais.

Mas, no cômputo geral, a história da Humanidade, nestes dois últimos mil anos, tem sido trágica se houve avanços significativos na ciência, na educação, na saúde e em uma infinidade de outros tópicos - além, é claro, das tentativas de cooperação - é irrefutável que centenas de guerras localizadas ou mais amplas deixaram saldos negativos, uma marca inapagável, seja pela morte de dezenas de milhões de pessoas, seja pela transformação constante dos contornos geográficos de países que ora surgem, ora desaparecem, têm suas fronteiras dilatadas ou contraídas.

Os anos 80, por exemplo, presenciaram guerras em todo o mundo, desde invasões a Granada e ao Panamá, conflitos entre o Peru e o Equador, entre Argentina e Grã-Bretanha; a década de 90, ainda no seu primeiro ato, já presenciou o maior ataque aéreo até hoje realizado na História, contra um único país, ao mesmo tempo que israelenses e árabes não conseguem chegar a bom termo para resolver o eterno conflito que abala o Oriente Médio. Isto tudo, sem contarmos com as querelas internas verificadas na Iugoslávia, na América Central e em tantos outros lugares, além das tentativas de golpes diárias, como a verificada na União Soviética, hoje Comunidade de Estados Independentes (assim designada daqui para frente neste texto).

O esfacelamento do império soviético nos anos mais recentes, tem levado, porém, a uma situação inusitada, se pensada nos moldes que vigoravam desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O fim da luta ideológica sepultando o clima de guerra fria, que foi uma característica marcante durante várias décadas, no relacionamento entre as duas superpotências, pode significar o início de uma nova era, onde a visão de conflito seja abandonada, e onde a perspectiva da cooperação e de aumento de grau de confiança seja incrementada. Pelo menos ao nível das grandes potências.

Mas acontecimentos como este não significam necessariamente que este novel período seja caracterizado pelo surgimento de uma ordem aberta a todos os atores. Trata-se, isto sim, da vitória - se bem ou mal, não interessa discutir aqui - de uma concepção de um modelo político, de um sistema econômico que deu mostras, pelo menos até o momento, de possuir maior fôlego que o outro para auxiliar, discutir, intervir e determinar com mais eficiência os rumos da política mundial.

Torna-se desnecessário arrolar, neste momento, os motivos que levaram à derrocada do império soviético. Mas deve-se ressaltar, entretanto, que tal fato, também não significa obrigatoriamente o fim da História, até porque o que caracteriza a evolução da Humanidade é justamente a dinamicidade das relações sociais e inter-estatais. Ou seja, o amanhã ainda não está escrito, nem definido.

Da mesma forma, não é nosso objetivo, nestas breves considerações, corroborar ou discordar das teses que são hoje levantadas sobre o declínio ou renovação do papel dos Estados Unidos da América no mundo. (2)

O que se deve reter neste instante, e este é o objetivo destes parágrafos, é que todos esses fatos não se traduzem necessariamente em benefícios imediatos ou mesmo ganhos a médio ou longo prazos para os países pobres (subdesenvolvidos ou Grupo dos 77).

A nova ordem não será diferente para os países que se situam na periferia das decisões do poder mundial. Para estes, providos de pouca ou nenhuma capacidade efetiva de alterar os rumos do sistema internacional a seu favor, a sua inserção se dá em quadro cuja ordem lhes é totalmente adversa, apresentando-se destarte, com remotas possibilidades de transformá-lo, e criar condições mais favoráveis aos seus interesses.

Ainda que não se deva e nem se possa absolutizar as relações internacionais explicando a dinâmica de seu funcionamento, através única e exclusivamente pela vertente do poder, é inegável que essa variável é por demais consistente tornando difícil relegá-la a um plano secundário

Pelo contrário, o conceito de poder, de capacidade, ocupa lugar central no intercâmbio entre as nações, desde sempre. Mas divide - o que já é uma grande coisa em se tratando de domínio do mundo - as decisões com outros conceitos igualmente importantes, como integração, cooperação, paz, interesses comuns, etc.

A realidade do relacionamento internacional é, contudo, impiedosa. Ao mesmo tempo que espaço é cedido para que novas perspectivas afluam à mesa de discussões, as negociações continuam exercitadas em todos os níveis (político, econômico, estratégico-militar), de

(2) Esta questão se encontra discutida em meu texto "Motivações do papel dos Estados Unidos no Mundo". Campinas, Primeira Versão, nº 40, IFCH/UNICAMP, 1991. Em colaboração com Tullio Vigevani e José Paulo C. Veiga

maneira idêntica àquela que sempre vigorou no tabuleiro mundial de poder.

O surgimento dos novos blocos de poder - Estados Unidos/Canadá/México, Europa e Japão - apenas demonstra que o poder é redistribuído considerando as novas realidades, mas apenas entre os seus membros individual e coletivamente.

Retoricamente se dá ênfase às modalidades de relações mais justas, que deveriam permear o sistema internacional, mas a prática do exercício de poder tem caminhado em direção diametralmente oposta. Ou seja, prevalece a ótica que privilegia as assimetrias de poder inter-estatais. O que não significa, todavia, que as mesmas se perenizem ou sejam irreversíveis. Senão certamente, caminharíamos para uma interpretação determinista dos rumos da História.

Trata-se apenas de constatar, que embora se fale em integração e cooperação em ordem mais solidária, o sol ainda terá que se levantar no horizonte muitas vezes antes que tal fato se torne realidade concreta.

Obviamente se deve considerar - e isto é ponto pacífico - que o sistema internacional, periodicamente se reorganiza, rearranja-se, possibilitando através de seus interstícios que países ascendam enquanto outros experimentam trajetória oposta, declinando de importância, ao longo do tempo. Este sobe-desce das grandes potências é um dado palpável, conforme mostrou há pouco tempo conhecido historiador. (3)

Mas na conjuntura atual, o descenso de uma potência não significa, porém, o seu desaparecimento do cenário internacional. O seu poder acumulado - político, econômico, militar - não é desfeito, nem desaparece como a espuma dentro da água, fazendo com que apenas reparta as responsabilidades pela manutenção do condomínio mundial com novos atores que emergem vigorosamente. Estes, certamente detêm um dos elementos que lhes conferem importância mundial, fundamentalmente o

(3) Cf. Paul Kennedy. Ascensão e queda das grandes potências. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989

controle da ciência e da tecnologia, além de capacidade de sustentar um fôlego econômico, durante apreciável quantidade de tempo, pelo menos algumas décadas.

No pós Segunda Guerra Mundial, as constantes transformações no quadro político global possibilitaram que alguns Estados galgassem degraus, posicionando-se atualmente, em muitos setores, ao lado ou mesmo à frente de Estados Unidos e Comunidade de Estados Independentes. Os países recém-industrializados (NICs), do sudoeste asiático e o Japão, por exemplo, romperam a estrutura de poder vigente, colocando abaixo o status quo internacional até então vigente.

Fatores diversos, tanto internos quanto resultantes das variações do contexto internacional, todavia, bloqueiam a ascensão de um número maior de países à categoria de nações privilegiadas no mundo. Mesmo porque a própria dinâmica do sistema internacional não permite uma equidade mundial, como a desejada pelos países pobres, e envolvendo a todos, visto que isto simplesmente implicaria no próprio fim da estrutura do poder vigente, eliminando conseqüentemente as barreiras e disparidades existentes entre ricos e pobres, entre detentores ou não de tecnologia, e que, em grande parte, moldam as relações internacionais.

Dai, as divergências verificadas no diálogo Norte-Sul, com os países pobres industrializados apenas se preocuparam em redividir influências entre si.

O BRASIL E A REALIDADE MUNDIAL

Frente então a um contexto que lhes é pouco propício, como os países subdesenvolvidos podem ocupar posição de realce no sistema mundial de poder?

Para tais países, cujo poder, em todas as esferas, tem-se mostrado limitado, ainda que com razoável potencial, é tarefa extremamente árdua romper com uma ordem pré-estabelecida, precisamente por causa de suas próprias debilidades.

Não só motivos internos podem ser evocados. Ao lado de seus inúmeros problemas domésticos, desde a inflação constante, a falta de planejamento, o baixo ní-

vel sócio-econômico, a infra-estrutura deficiente, até um quadro político-institucional pouco consistente, tudo contribui para bloquear possíveis desejos de elevar-se à categoria de potência. O que não exclui a possibilidade de países como o Brasil e mais uma dezena de outros serem considerados potências médias e caracterizados como países recentemente industrializados.

A conjuntura internacional, impiedosa, amparada em relações assimétricas de poder, faz com que a situação desses Estados menos favorecidos se agudize. É claro que se deve considerar, para o próprio bom funcionamento do sistema como um todo, que periodicamente os países ricos "auxiliam" os seus pares pobres, tanto para possibilitar o acesso desses às suas tecnologias (já defasadas e que lhe são repassadas) como também para evitar que deteriorando em excesso as situações internas, movimentos político-sociais emergam e possam ter repercussão mais ampla, o que no mínimo já seria um problema para todos.

O embaixador brasileiro junto a Washington, Rubens Ricúpero vislumbra com clareza essa dificuldade enfrentada pelo Brasil, mas que pode igualmente ser aplicada a um grande número de países sub-desenvolvidos. A inserção do país é por ele entendida da seguinte forma.

"É nesse mundo áspero, sem compaixão, nem filantropia que teremos de operar nossa inserção, não a desejável ou ideal, que requeriria um mundo ideal, e um país ideal, mas a necessária, a inevitável, a resultante do ponto de encontro entre as oportunidades e limitações do sistema internacional e as do Brasil" (4)

(4) Cf. Rubens Ricúpero. "A inserção internacional desejada e a possível para o Brasil". São Paulo. Instituto de Estudos Avançados, Coleção Documentos. Série Assuntos Internacionais, nº 12, 1991, p. 11, mimeo.

Este é um modelo de comportamento que aceita o sistema internacional em sua crua realidade, onde se pesam os riscos e oportunidades, e a inserção do país neste contexto, face às dificuldades a serem enfrentadas, tem que ser precisamente calculada, seja explorando as contradições existentes no sistema, seja melhorando seus próprios indicadores internamente, adequando-se para uma disputa sem tréguas.

Ao lado de concepções que entendem perfeitamente os mecanismos de poder vigentes no mundo, observa-se com frequência, uma retórica que parece desconhecer esses fatos - realidade internacional - em suas avaliações ao referir-se ao papel do Brasil no mundo.

Como exemplo, poderíamos mencionar os inúmeros discursos proferidos pelo presidente Fernando Collor durante a campanha eleitoral de 1989, e mesmo depois de sua posse, prometendo levar o país ao Primeiro Mundo.

Ao comportar-se desta maneira, o presidente pecava duplamente. Em primeiro lugar, ao ignorar as regras mais elementares de funcionamento do sistema internacional, a autoridade máxima do país dava demonstrações inequívocas de sua própria falta de familiaridade com o tema. Ao mesmo tempo, mostrava-se ingênuo ao fazer um discurso considerando que as vontades individuais são realizáveis pelo simples fato de se desejá-las. Isto é, vendo o sistema internacional como uma esfera em que o desejo unilateral de rompê-la pode ser feito a partir da periferia, sem qualquer resistência do poder central. Ou então, recorreu a esse expediente objetivando apenas efeitos eleitoreiros, ou para criar, posteriormente - depois de eleito - a figura de um "salvador da Pátria", projetando-se a si próprio como estadista de primeira linha mundial.

Em segundo lugar, apresentava-se igualmente despreparado para elaborar projetos amplos como a inserção do país no sistema global de poder, ignorando os próprios indicadores nacionais e as dificuldades existentes para melhorá-los.

Na verdade, as declarações presidenciais indicam apenas uma ponta do problema

Para se pensar o papel do Brasil no mundo, ocupando, como se deseja, lugar de destaque, é necessário compatibilizar não só interesses internos, os mais divergentes possíveis, mas, sobretudo, há a necessidade de existência de um projeto nacional que viabilize e capacite o país a tal papel, independentemente das objeções colocadas pelas grandes potências.

A inexistência de um projeto que capacite o país, a médio ou a longo prazo, traçando diretrizes claras dos rumos que o país deve tomar, tanto no âmbito interno quanto externo, tão somente dificulta qualquer ambição nacional, fazendo com que o Brasil caminhe erraticamente como o vôo do besouro - com asas muito pequenas para carregar corpo tão volumoso, impedindo que a trajetória seja sempre linear e para o alto.

A falta de definição, aliada a incompetência, verificadas no trato das questões públicas, converte-se destarte, no grande obstáculo para resolver os problemas nacionais. E, como reflexo das inconsistências das políticas internas, a atuação internacional do país deixa muito a desejar. O que não deve ser motivo de assombros, já que ambas, fazendo parte de um único todo, não podem ser dissociadas, atuando independentemente, como se a outra parte simplesmente não existisse.

A situação cambiante e insegura do governo brasileiro, deixa amplas margens a dúvidas sobre a real vontade e competência das instâncias responsáveis pela formulação e implementação das políticas nacionais, em solução-las adequadamente.

Com posicionamentos contraditórios em todo o tempo, além de não conseguir firmar uma imagem que dê credibilidade à sua política internacional, o país tem enfrentado problemas na própria definição de posturas frente a acontecimentos que conturbam a ordem mundial.

Colocando-se "em cima do muro", advogando pelo respeito ao direito internacional - que não exclui assumir uma posição firme - como se esse pudesse ser acatado pelas grandes potências, pelo mero fato de existir, desconsiderando os interesses políticos, econômicos e estratégicos envolvidos nas tomadas de decisão em questões como a Guerra do Golfo, ou com a

independência das Repúblicas do Báltico, visando "ganhar dos dois lados", o governo esqueceu-se que as circunstâncias não favoreciam tal comportamento, acabando por arcar apenas com os custos da indecisão.

Assim, enquanto Collor afirmava, no discurso de posse no Congresso Nacional, em 15 de março de 1990, que "para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais", propugnando unilateralmente a entrada do país no Primeiro Mundo, os meses posteriores encarregaram-se de demonstrar a fraqueza dos argumentos palacianos.

De sua parte, o chanceler Francisco Rezek utilizou toda a sua retórica afirmando que o terceiro-mundismo é uma política ineficaz, ao mesmo tempo que criticava as posições assumidas por esses países. (5)

Mas se a tônica do discurso que abriu 1991 pautava-se por este tipo de comportamento, a própria viagem presidencial à África, em setembro último, reativava exatamente uma política orientada nessa direção, demonstrando, no mínimo, a falta de um fio condutor para o país atuar no cenário internacional, navegando em um oceano tempestuoso como uma nau sem rumo, ao sabor das intempéries (6)

Ao mesmo tempo que o presidente defendia uma colaboração Norte-Sul (7), utilizava seus dons declamatórios para proclamar que previa uma rebelião mundial dos países pobres contra os ricos. (8)

Essas simples passagens tomadas ao acaso entre as falas governamentais, apontam que, efetivamente, a depender dessas autoridades, a possibilidade de inserção do país no sistema mundial, exercitando papel de relevo, simplesmente inexistente.

5) Cf Folha de S. Paulo, 17.2.91, p. 12, O Estado de S. Paulo, 3.3.91, p. 8

6) Cf Veja, 11.9.91, pp. 40-41.

7) Cf O Estado de S. Paulo, 17.7.91, p. 4

8) Cf Jornal do Brasil, 15.8.91, p. 4

Torna-se, assim, difícil depositar credibilidade em um governo que, no primeiro momento, aponta em uma direção, e em outro age exatamente de forma contrária, marchando sem qualquer ritmo.

A inexistência de uma política em todos os níveis restringe a credibilidade do país no âmbito global, enquanto o marketing pessoal do presidente apresenta-se impotente para reverter tal quadro. Mesmo mudando de camiseta e mensagem todo dia.

Se a própria retórica nacional já é um elemento comprometedor, oscilando conforme a ação do vento, curvando-se ora para lá, ora para cá, as atuações nacionais no âmbito mundial têm deixado muito a desejar.

O conflito no Golfo Pérsico é um bom exemplo para ilustrar este comportamento dúbio que caracteriza a performance do governo brasileiro. Evitando comprometer-se com uma guerra longe de seu território, causou descontentamento junto à nação que liderava as pressões e posterior invasão ao Iraque.

Fugindo a uma definição - pouco importa se favorável ou não -, sequer soube aproveitar a oportunidade de participar do conflito, como fez a Argentina, ainda que de forma simbólica. Dentro de uma "visão pragmática", preferiu perder todas as vantagens surgidas, econômicas (via negociações mais favoráveis da dívida externa, por parte dos Estados Unidos), e políticas por comportar-se de maneira hesitante naquelas condições, fato inadmissível no contexto de uma guerra. E, ainda, descontentando as Forças Armadas nacionais que viam naquele conflito boa oportunidade para aprimorar seus conhecimentos profissionais.

Assim, conseguia ir mesmo contra os próprios princípios pragmáticos que pretensamente poderiam servir de orientação para as decisões governamentais, visando tirar proveito de ambos os lados e das contradições do sistema internacional.

Ou seja, sobraram incompetência e insegurança, faltando elementos cruciais para um país com pretensões a papel de destaque, isto é, discernimento, compreensão e ousadia, para detectar rapidamente prós e contras de situações daquela natureza.

Da mesma forma, o reconhecimento quase tardio dos países bálticos - recém libertados do império soviético - foi outra demonstração inequívoca de que ao governo falta, sobretudo, capacidade para gerenciar seus negócios tanto internos quanto externos.

O que se observa, portanto, é a persistência de uma modalidade de comportamento, de estilo, que age morosamente sem condições de dar respostas imediatas a fatos que requerem principalmente rapidez de avaliação e decisão.

Se o país demonstra visíveis sinais de debilidade, sendo impotente para assumir posturas políticas condizentes com as aspirações de potência, obviamente que suas chances de sucesso no sistema internacional são inversamente proporcionais aos seus erros e incompetências.

AS PROJEÇÕES DO PODER: AS VARIÁVEIS POLÍTICA, ECONÔMICA E MILITAR

Para facilitar esta exposição, podemos dizer de maneira genérica, que a inserção do país no sistema internacional e o aumento ou não de sua influência é avaliada sob três perspectivas distintas - política, econômica e estratégico-militar - embora essas variáveis atuem conjugadamente e sejam vistas como indissociáveis, uma vez que não se pode estabelecer com precisão onde termina uma e começa outra esfera de competência.

Ao país detentor de indicadores favoráveis nessas três variáveis, concomitantemente, atribui-se a categoria de grande potência ou superpotência.

Um parêntese deve ser aberto para nos referirmos e dar maior precisão a esses conceitos.⁽⁹⁾ Uma superpotência certamente é aquela, como os Estados Unidos da

9) A esse respeito ver, por exemplo, Hélio Jaguaribe. "Autonomia periférica e hegemonia cêntrica". Relações Internacionais, 3(5), 8-24, junho de 1980.

América, que pode impor sua presença e vontade no cenário mundial, determinando os rumos do sistema, sua capacidade de intervenção em qualquer parte do mundo é assegurada quando seus interesses encontram-se em jogo. O mesmo poderia ser dito em relação à Comunidade de Estados Independentes, ainda que em menor escala, devido aos acontecimentos próximos que afetaram a estrutura de poder da antiga URSS.

Por outro lado, pode-se também dizer que a Comunidade de Estados Independentes é uma superpotência apenas militar, porque economicamente sempre esteve mais fragilizada que a maior parte dos países da própria Europa Ocidental. Os Estados Unidos, por sua vez, ainda que periodicamente enfrente seus problemas econômicos, é uma superpotência completa no sentido do termo, porque consegue fazer com que as três variáveis operem com razoável eficácia simultaneamente, quando exigidas.

Aos países com capacidade operacional de atuação restrita ao âmbito regional, ou que não utilizem todas as variáveis com a mesma destreza, atribui-se o caráter de grande potência, enquadrando-se nessas condições Estados como a França, a Grã-Bretanha, a China, o Japão, entre outros.

É claro que a importância dos países na esfera mundial é estimada, também, pelo controle que os mesmos exercem em organismos como o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), e em outros fóruns multilaterais.

No caso específico brasileiro pode-se afirmar, sem qualquer possibilidade de erro, que o país não preenche, no momento, nenhum dos três requisitos mencionados, ou se lhe credita qualquer influência que lhe permita exercitar poder, ou ditar normas de comportamento ao sistema internacional. Ainda que não falte vontade.

Muito menos tendo capacidade de veto nas grandes decisões mundiais, não possuindo qualquer poder outro, a não ser reduzida capacidade de barganha em uma ou outra instância, como na questão amazônica ou mesmo na dívida externa.

No que diz respeito à participação do país no cenário internacional, verifica-se que o mesmo tem sido alvo de críticas constantes, devido às ambiguidades de suas posturas, tanto em exemplo como a guerra do Golfo, quanto pela falta de seriedade em honrar seus compromissos, ou ainda por não proteger convenientemente seus recursos naturais, as culturas indígenas ou sua população infantil.

Essa vulnerabilidade nacional é verificada recentemente quando o governo resolveu demarcar as terras destinadas aos yanomamis, porque detectara sinais de tentativa de boicote à Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, a ser realizada em junho de 1992, se medidas concretas não fossem tomadas rapidamente por Brasília para protegê-los (os yanomamis).

Vale lembrar que desde os anos 70, sob o governo Geisel, os americanos criticavam a política dos direitos humanos adotada (ou a falta de) pelo governo brasileiro; nos anos 80 a questão indígena e as queimadas da floresta amazônica emergiram como tema da mídia mundial e tiveram ampla repercussão, ao lado das críticas mais recentes sobre o extermínio de menores.

Para responder a tais acusações o governo sempre levantou a frágil bandeira da soberania e de não ingerência em assuntos internos. Chegou, inclusive, a assumir a "diplomacia do verde" criando-se um departamento específico para questões ambientais no Itamaraty.

Ainda que se possa concordar, em parte, com os argumentos das autoridades brasileiras, frente às pressões internacionais, tais fatos indicam claramente que o país não possui força política, lançando mão de argumentos como soberania, etc., que se apresentam pouco convincentes aos olhos dos acusadores. E as críticas, ao invés de se arrefecerem, a cada dia se tornam mais presentes, como o problema do menor, hoje motivo de programas jornalísticos em todo o mundo.

A simples denúncia contra o país já é um sinal desabonador, comprovando que no sistema internacional o governo brasileiro não tem trânsito fluente, ou seja, não detém poder para neutralizar as críticas oriundas

fundamentalmente dos países industrializados europeus e dos Estados Unidos.

A atuação reticente do país nos foros internacionais - inclusive com ministros passeando ao invés de frequentar os locais onde se realizavam as reuniões - por sua vez o torna sempre vulnerável, em virtude de não ser confiável, ainda que os discursos de chefes de Estados estrangeiros enfatizem o contrário, realçando a excelência e importância do papel do país no mundo. Como aliás convém e faz parte do jogo de cena da política internacional.

As constantes viagens presidenciais - onde Fernando Collor exhibe garbosamente suas condecorações - também demonstram que, apesar das promessas, os resultados obtidos têm sido escassos, e pouco auxiliaram para aliviar a situação do país, ou para desfazer a imagem de "vilão mundial", na questão do meio ambiente ou nos maus tratos às suas crianças.

Se a imagem do país resultante não só das grandes contradições internas, quanto do plano externo, nunca foi das mais elogiosas, nos últimos lustros, a deterioração é percebida cada vez mais acentuadamente.

Assim, a leitura de jornais estrangeiros mostramos que o país só é alvo de atenção quando acontecimento como corrupção, sequestros, extermínio das comunidades indígenas, fatos mundanos envolvendo ministros, ou outros aspectos negativos estão na ordem do dia, sendo amplamente divulgados.

Ou seja, ainda que fatos semelhantes se verifiquem nos países industrializados, como preconceitos, surgimento de partidos com tendências racistas, espancamentos e expulsão de migrantes, os mesmos não tem idêntica repercussão, justamente porque são Estados com papel de destaque na esfera mundial de poder. O que lhes permite neutralizar politicamente tais denúncias, deixando de lado seus próprios problemas e denunciando os dos países pobres.

O mau desempenho das instituições nacionais pode, em grande medida, ser responsabilizado pela imagem negativa que o país detém no exterior.

Os partidos políticos e o Poder Legislativo sempre estiveram muito aquém de resolver os problemas da so-

cidade brasileira, preocupando-se mais em legislar em causa própria, seja através de aumentos salariais, criando privilégios em detrimento do resto da população, seja por não conseguir sequer elaborar um projeto nacional. Daí, também, as constantes divergências entre os poderes constituídos - Legislativo, Executivo e Judiciário - principalmente com os dois primeiros procurando quase sempre apenas barganhar cargos e beneficiar-se das benesses estatais.

Como consequência desta atuação, a inevitabilidade de um quadro político-institucional pouco consistente e que bloqueia a execução de planos de médio e longo alcance que estabilizem o cenário político nacional, impossibilitando que a performance do país no âmbito internacional se processe adequadamente. Até porque a política internacional de qualquer país é sempre parte integrante de um projeto nacional. Como este parece não fazer parte das preocupações das lideranças nacionais, o papel do país no cenário mundial oscila conforme as próprias ambiguidades internas, ainda que haja uma instância responsável pela elaboração e implementação da política internacional do país, de comprovada competência e com larga tradição, como é o caso do Itamaraty.

É sabido, todavia, que esta instituição é a única a decidir pela presença do país no exterior, visto que diversas instâncias simultaneamente operam em outros patamares distintos, com interesses divergentes, o que frequentemente causa choques entre esses diversos atores, havendo, portanto, necessidade de mediação.

Se a projeção política do Brasil é reduzida, a importância dessa variável não deve ser, porém, maximizada, para que o país se insira a contento no cenário internacional, desde que preencha os outros requisitos.

O Japão, por exemplo, não desempenha no sistema global de poder, papel político ou militar, condizente com a sua importância econômica e financeira. O fato, porém, de ter altos superávits, sofisticada capacidade científica e tecnológica, e investimentos apreciáveis em educação, confere-lhe função exponencial no contexto internacional, disputando com os outros dois blo-

cos, norte-americano e europeu, a supremacia do mercado mundial e no âmbito financeiro. Em menor escala, o mesmo critério pode ser aplicado aos demais países do sudeste asiático, os denominados "tigres".

Já sob o aspecto econômico, a grave situação interna enfrentada pelo Brasil é conhecida de todos, desde os elevados índices inflacionários que teimam em não sair dos dois dígitos mensais, à dívida externa, passando por escassos investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento, e com produtos pouco competitivos no mercado mundial - com raras e honrosas exceções -, indicando que a participação do país é diminuída e não influencia nem determina os rumos das finanças ou do comércio internacional.

Talvez não seja o caso de nos reportarmos à declaração atribuída a Henry Kissinger, nos anos 70, de que se a América Latina afundasse nada aconteceria ao mundo. Mas a realidade é que, se hipoteticamente, o país fechasse suas fronteiras, o sistema internacional seria afetado, mas nem por isso as bolsas de Tóquio, Londres ou Nova York deixariam de operar sem grandes dificuldades. Provavelmente sentiriam alguns reflexos, mas não que pudessem comprometer e desestruturar irremediavelmente a ordem mundial.

Como possível saída visando fazer-se mais presente no cenário mundial, a adoção de políticas unificando mercados - à mesma maneira das iniciativas dos países ricos - certamente pode apresentar resultados auspiciosos. Mesmo porque as alternativas são muito restritas, não havendo salvação individuais na atual conjuntura.

Sob este prisma, os processos de integração com a Argentina, de meados da década de 80, e a constituição do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), previsto para 1995 apresentam como perspectiva uma projeção não só do país, mas de toda a região, ainda que relativa, considerando-se a globalidade do sistema. É também, desde que os compromissos assumidos nos acordos se tornem políticas inarredáveis para os membros contratantes.

Tal juízo, muito longe de se constituir em um princípio desnecessário de ser lembrado, torna-se vi-

ta) para assegurar não só o livre trânsito de mercadorias entre os países membros - como o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e outros que provavelmente serão incorporados posteriormente - mas também para afirmar a idéia de que só assim todos, individual e coletivamente sairão lucrando, pelo menos ao nível regional.

Com relação a essa ressalva basta lembrar aqui o ocorrido no primeiro semestre de 1991, quando Brasília dava claras intenções de adquirir trigo norte-americano (subsidiado pelo governo de Washington) - embora devesse priorizar os produtos portenhos, por força dos acordos de integração com o governo de Buenos Aires - que chegaria ao país com preço sensivelmente inferior do que o similar argentino, causando visíveis descontentamentos entre os empresários da nação vizinha. Se bem que as negociações com os Estados Unidos tenham sido suspensas, a intenção por si só já demonstra visivelmente os constrangimentos causados por tal atitude, e que serve para diminuir o grau de confiança depositado no país, tornando-o suspeito.

Além do mais, deve-se lembrar que os processos de integração só se tornam efetivos e apresentam resultados satisfatórios, quando condições idênticas existem nos países membros dos acordos.

Jorge Diasullo, consul geral do Uruguai em terras gaúchas, chama atenção para o fato de que para se viabilizar um mercado comum há a necessidade de um tratamento fiscal idêntico para bens e serviços em todos os países, livre circulação de capitais, e, sobretudo, inflação que obedeça um ritmo igual de crescimento nos países envolvidos. (10)

O comércio é percebido como a alavanca propulsora capaz de solucionar grande parte dos problemas nacionais. O embaixador Rubens Ricúpero alerta que a qualidade das relações comerciais do Brasil com seus parceiros é que irá, em boa medida, determinar a resposta

10) Cf. Jornal do Brasil, 5.7.91, Caderno de Negócios e Finanças, p. 2.

da comunidade internacional às nossas expectativas de colaboração externa, inclusive no terreno financeiro, pois é do comércio que vai depender, em última análise, se seremos ou não capazes de crescer, de pagar, de atrair investimentos e tecnologia. (11)

O embaixador tem nítida consciência que há uma concorrência planetária, com a reestruturação da economia capitalista em escala mundial, face a qual o Brasil se encontra em posição altamente desvantajosa.

Os dados indicam que a competitividade internacional do Brasil, considerando o grupo dos dez países recentemente industrializados, tem decrescido. Em 1989, por exemplo, o país situava-se em 80 lugar, neste grupo, à frente do México e da Indonésia, enquanto em 1990, só era mais competitivo do que a Índia.

Em termos de eficácia industrial, dinamismo do sistema financeiro, orientações para o futuro e em estabilidade sócio-política, o país ocupava o último posto em 1989. (12)

Segundo o último relatório do Acordo Geral sobre Tarifas e Serviços (GATT), o Brasil que ocupava o 21º lugar em 1989, na lista dos maiores exportadores do mundo, era deslocado para a 25ª posição em 1990. (13)

Ao explicar este declínio, Ricúpero entende que o governo ao permitir a defasagem cambial e o descontrole inflacionário acabou por frear o dinamismo do comércio exportador. (14)

Na verdade, o comportamento da economia brasileira não é um privilégio apenas local. A América Latina, como um todo, perdeu espaço junto à Comunidade Econômica Européia, nas últimas décadas. De acordo com o Sistema Econômico Latinoamericano (SELA), em 1965, a participação da região era de 8,20% enquanto em 1989, esta taxa estava reduzida à metade, isto é, 4,5%. (15)

11) Cf. Rubens Ricúpero, op. cit., p. 11.

12) Cf. O Estado de S. Paulo, 20.6.90, p. 7.

13) Cf. O Estado de S. Paulo, 26.3.91, p. 7.

14) Cf. Rubens Ricúpero, op. cit., p. 9.

15) Cf. Zero Hora, 3.9.90, p. 23.

Outro membro do corpo diplomático brasileiro, Geraldo Holanda Cavalcanti, chefe da missão junto às Comunidades Europeias alerta que

"O Brasil, como exportador para a Comunidade não representa mais do que 1% de suas fontes de suprimento, e, como mercado de produtos comunitários, mais do que 0,30% de suas exportações totais. Nessas condições desiguais, é praticamente nula a capacidade que temos de influir nas decisões comunitárias e de definir frente a ela os nossos interesses. Impõe-se, pois, sobretudo, e essencialmente, aumentar o peso específico do Brasil no comércio internacional" (16)

A resolução do problema, contudo, não depende apenas das iniciativas nacionais. Na década de 80, os preços dos produtos básicos sofreram sensível perda no mercado internacional, o nível de endividamento dos países aumentou e ocorreu igualmente a falta de acesso a novas fontes de financiamento. De toda a América Latina, apenas o México, o Uruguai e a Argentina ajustaram-se às novas realidades conseguindo escapar às adversidades internacionais (17)

E também às adversidades internas, face às negociações entre os diversos segmentos da sociedade, tornando possível à América Latina converter-se em uma das regiões do mundo que mais atrai o capital, com exceção do Brasil, conforme dizia Ricúpero em recente entrevista lamuriando-se da situação nacional (18)

16) Cf. Geraldo Holanda Cavalcanti. "As estratégias possíveis para o Brasil frente ao Projeto Europa 93", in CRE/SEADE. A inserção internacional do Brasil nos anos 90. São Paulo, Conselho Regional de Economia/SEADE, 1990, vol. 2, p. 50.

17) Cf. Jornal do Brasil, 5.7.91, Caderno de Negócios e Finanças, p. 2

18) Cf. O Estado de S. Paulo, 17.11.91, Caderno de Economia, p. 10.

A própria integração Estados Unidos-México é outro elemento complicador, trazendo riscos para países como o Brasil, se vigorarem nas relações entre esses dois países, condições de livre comércio semelhantes às já existentes desde 1988 entre Estados Unidos e Canadá. (19)

Neste quadro competitivo, as margens de manobra e capacidade de barganha dos países pobres cada vez se estreitam mais, enfrentando concorrências, pressões e protecionismos.

De um lado existem as próprias pressões exercidas por países como os Estados Unidos sobre os latinoamericanos para que alterem suas legislações sobre patentes, se quiserem ser beneficiados, tanto no que se refere às negociações da dívida externa, quanto para evitar retaliações.

Com propósitos desta natureza, a própria representante do comércio norte-americano, Carla Hills visitava em agosto deste ano, o Chile, a Colômbia, a Venezuela e a Costa Rica, enquanto o secretário de Comércio Robert Mosbacher e o vice-presidente Dan Quayle desembarcavam em territórios da Venezuela, da Argentina, do Haiti e do Brasil. Se esses países tiverem intenções de firmar acordos de livre comércio com os Estados Unidos, uma das primeiras providências a serem tomadas será justamente a de modificar suas respectivas legislações visando proteger marcas e patentes. (20)

De outro lado, a adoção de maior liberdade comercial por parte de países que utilizam medidas protecionistas retira-os da lista de retaliações norte-americana, casos verificados com o Brasil e o Japão, segundo anúncio feito por Carla Hills em abril de 1990. (21)

19) Cf. O Estado de S. Paulo, 23.9.90, Caderno de Economia, p. 5.

20) Cf. Gazeta Mercantil, 20.8.91, p. 2.

21) Cf. Gazeta Mercantil, 28-30.4.90, p. 3

As iniciativas para minorar problemas como o da dívida externa, via Plano Brady, de 1989, por exemplo, poucos resultados apresentaram, não diminuindo o peso da dívida dos países pobres, funcionando muito aquém daquilo que se esperava.

A dívida, aliás, é um dos elementos mais inibidores para a ascensão do país no cenário internacional, tal a complexidade de interesses e instituições envolvidos.

Segundo o ex-embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU), Paulo Nogueira Batista, a estratégia global sobre a dívida é um exemplo de prova de quebra de solidariedade econômica internacional. Para ele, o mundo terá que persuadir o Brasil a abrir sua economia abrindo antes a economia mundial para as exportações brasileiras. (22)

O que o embaixador se esqueceu de ressaltar é que dificilmente se poderia aceitar, atualmente, os argumentos de que a crise brasileira é apenas resultado dos protecionismos internacionais. Prática aliás exercida por quase todos os países do mundo, como o Brasil, que apenas recentemente começou a fixar prazos para o fim de reservas de mercado, liberalizando a economia.

A resolução do problema da dívida, da inflação, e da retomada de crescimento em países como o Chile, o México, a Colômbia, a Venezuela, a Argentina e o Peru, que até recentemente passaram por situações semelhantes às do Brasil, são prova incontestável de que, em larga medida, a culpa é dos próprios setores internos que se recusam a encontrar soluções propícias ao país, abrindo mão de parcelas de poder e de privilégios que sempre ostentaram ao nível nacional.

No que tange ao poderio militar, as disparidades verificadas entre as superpotências e os demais atores do sistema internacional são consideráveis, a começar pelo domínio da tecnologia nuclear. Como este é um setor altamente dinâmico, e que envolve recursos muito elevados, o seu desenvolvimento nos países pobres obedece a uma progressão aritmética, enquanto nas superpotências o avanço se dá em progressão geométrica.

22) Cf. Gazeta Mercantil, 28-30.4.90, p. 20.

A capacidade de destruição acumulada pelos Estados Unidos e pela Comunidade de Estados Independentes é tão grande que permanecerá insuperável durante muitos anos, mesmo com o recente acordo START (Tratado para redução de armas estratégicas). A não ser que outras grandes potências invistam maciçamente na indústria militar, e, mesmo assim, sem certeza de superá-los. Quer dizer, o dispêndio teria que ser de tal montante, que deslocaria recursos consideráveis até então aplicados em outros setores, como educação, saúde, etc. Além do mais, nada assegura que Washington e Moscou não continuem injetando recursos como tem feito até o momento, gerando nova corrida armamentista.

Para países como o Brasil, a obtenção da tecnologia nuclear é um imperativo, uma questão de honra e com um objetivo: ascender ao nível regional, visto que em termos de intervenção em uma escala mais ampla ela simplesmente inexistente, daí ser limitada ao âmbito latinoamericano.

O Brasil desde os anos 60, ao recusar-se a assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), ainda que tenha concordado com o Tratado de Prescrição de Armas Nucleares na América Latina, em todos esses lustros deu mostras de que pelo menos neste setor não abre mão, ressalvando sempre que tal objetivo apresenta fins pacíficos.

Desde o governo militar, e mesmo depois, investimentos realizados através do acordo firmado com a República Federal da Alemanha em 1975, quanto pelas denúncias mais próximas sobre o Projeto Solimões (do qual Cachimbo faz parte, para testes nucleares), têm levantado suspeitas sobre as reais intenções do governo brasileiro. Tais ressalvas têm razão de ser. Na época da feitura da Constituição de 1988, as Forças Armadas levantaram sérias objeções sobre a conveniência de a Carta Magna incluir referências à bomba atômica, alegando que o futuro é incerto. Em 1986, quando se criou, por iniciativa do governo brasileiro, a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul, também exigiram que ficasse explicitada a diferença entre desmilitarização e não-militarização da região.

A não militarização do Atlântico Sul refere-se, segundo o documento firmado,

"especificamente às atividades relacionadas às questões e interesses internacionais alheios aos da região, de maneira a não afetar de modo algum os programas de modernização e desenvolvimento tecnológicos das Forças Armadas dos países da área (...) o conceito de não-militarização da área por países a ela estranhos não pode ser confundido com o de desmilitarização, no sentido de redução de capacidade de atuação militar dos países da região". (23)

Entre desmentidos das autoridades brasileiras, comprovou-se por exemplo, a existência de contas secretas como a Delta 3 e Delta 4, em nome da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), nos princípios dos anos 80.

Ao mesmo tempo que o presidente Collor joga uma pá de cal em Cachimbo, no primeiro ano de seu governo, em 18 de setembro, o ex-ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, depondo na Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso dizia que os militares não queriam a bomba atômica, (24) para, em seguida, defender a explosão da mesma. (25)

Enquanto isto, José Goldenberg, ministro da Educação assegurava que o Brasil vai poder construir sua bomba atômica em alguns anos, vendo isto como consequência inelutável do desenvolvimento do país na área nuclear (26)

23) Cf Resenha de Política Exterior do Brasil, número especial sobre "Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul" Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Edição Suplementar, dezembro de 1986, p. 68

24) Cf Zero Hora, 24.6.90, p. 14.

25) Cf Folha de S. Paulo, 24.9.90, p. A-5; Jornal do Brasil, 20.9.90, p. 5.

26) Cf Gazeta Mercantil, 27.4.90, p. 6.

Por razões como esta, o embaixador itinerante dos Estados Unidos para assuntos de energia nuclear, Richard Kennedy considerava que o compromisso da Constituição é para consumo interno. Daí a insistência de Washington para que o Brasil assine um tratado internacional garantindo que não usará energia para fins bélicos. (27)

Na verdade esta exigência não se reveste de qualquer importância, visto que o Brasil, por pressão anterior da Alemanha, da França e mesmo dos Estados Unidos já havia assinado com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 1977, um acordo de salvaguardas que ia além dos controles impostos pelo TNP. Isto é, a recusa do Brasil em assinar este último tratado perdeu qualquer relevância, ainda que recentemente o chanceler Francisco Resek tenha manifestado intenção de fazê-lo.

Mas o que interessa frisar é a forma como os Estados Unidos agem, pressionando governos para que não detonem suas próprias bombas, impedindo-os de entrar no seleto rol de Estados nuclearizados. E mantendo-os, portanto, sob dependência, amparados sob seu guarda-chuva atômico.

O controle da tecnologia nuclear pelo Brasil é entendido como necessário para assegurar um salto qualitativo, ascendendo no ranking mundial, aumentando sua capacidade de barganha. Por isso, compromissos firmados seja pela Constituição, seja com outras organizações, constituem-se em letra morta para parcelas significativas do estamento militar. Pelo menos enquanto prevalecer no seio das Forças Armadas, a doutrina de que as relações do mundo são regidas pela força das armas, e que este é o critério aferidor que diferencia os fortes dos fracos.

Existe igualmente a consciência de que os equipamentos tradicionais, além de não serem competitivos, nem para venda, nem para operações de guerra - se o país precisar envolver-se em algum conflito regional - não contribuem com absolutamente nada para aumentar a projeção do país no cenário mundial.

27) Cf. O Globo, 24.5.90, p. 18

Para o presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Material Bélico (AMBIMBE), Domingos Adherbal Oliveira, a indústria bélica nacional simplesmente não tem condições tecnológicas para oferecer produtos nos níveis que foram utilizados na Guerra do Golfo. (28)

Por outro lado, o setor bélico também não conseguiu se tornar fonte de recursos como se esperava, após sucesso relativo na primeira metade dos anos 80, tanto pelas dificuldades internas quanto pelas crises do setor que acompanharam as variações da própria conjuntura internacional.

Prova disso é que as negociações que envolviam a venda de 318 tanques Osório, para a Arábia Saudita, no valor de US\$ 2,2 bilhões, foram canceladas após sete anos de conversas, devido às mudanças no Oriente Médio, tendo aquele país optado por similares norte-americanos. Como consolo, a Avibrás fechou com Riad, em setembro de 1990, contratos no valor de US\$ 70 milhões para venda de foguetes terra-terra. (29)

Deve-se ponderar, ainda, as divergências verificadas entre as diversas instâncias envolvidas em questões como a energia nuclear e a venda de armamentos, basicamente diplomatas e militares, que nem sempre tiveram pontos de vista convergentes.

Pode-se ressaltar que em assuntos considerados de "segurança nacional", o estamento militar, aliado aos antigos Conselho de Segurança Nacional (CSN), à Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional (SADEN), ou à atual Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), sempre fez valer o seu ponto de vista, tanto pela especificidade do regime político, quanto pelo aumento de sua autonomia frente às negociações realizadas por motivo do período de transição, quando as Forças Armadas formalmente se afastaram do poder.

28) Cf. Gazeta Mercantil, 24.1.91, p. 17

29) Cf. Jornal do Brasil, 20.9.90, p. 8; Folha de S. Paulo, 21.9.90, p. 8.

Mas mantendo não só importante papel nos debates políticos no pós-85 - por exemplo o ex-ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves e o atual Carlos Tinoco, debatendo ecologia, questões indígenas, etc. - como também levando avante o projeto nuclear com verbas secretas. Recorde-se que no primeiro semestre, a SAE utilizou, sem prestação de contas, uma importância no valor de US\$ 65 milhões. Deslocados, possivelmente, para o programa nuclear, através do Departamento de Operações Especiais da SAE que cuida de assuntos sigilosos, como o Projeto Calha Norte, etc

NOTAS FINAIS

A partir das páginas anteriores é possível perceber que todos os elementos arrolados, em conjunto, apontam para o fato de que os diversos setores envolvidos no aparelho de Estado - diplomatas, militares e o Executivo em geral - propugnam por um lugar ao sol, querendo ter brilho próprio na constelação mundial de poder

Mas sabem, também, que a inserção do país, ocupando lugar ideal no cenário internacional é extremamente difícil. Mas não impossível.

A delicada situação vivida pelo país nos últimos anos, sem conseguir equacionar satisfatoriamente seus problemas internos, dificulta sobremaneira a ascensão desejada.

Os créditos, os investimentos, os mercados e a tecnologia internacionais não são apenas alvo de cobiça do governo brasileiro, mas igualmente objeto de disputa com os países do Leste Europeu, com os chineses e com os próprios soviéticos, e que devido à conjuntura internacional, levam nitida vantagem nesta corrida, sobre os parceiros da América Latina (ainda que nem todos desses) e da África

Se bem que países como os Estados Unidos periodicamente isentem produtos brasileiros, em setores como autopeças, químico e maquinário pesado, por outro lado bloqueiam a maior parte das reivindicações dos países pobres, Brasil incluso, em instâncias de vital importância como o GATT.

As aspirações brasileiras podem ser sinteticamente resumidas nas seguintes afirmações do chanceler Francisco Rezek:

"Nossa agenda com o mundo desenvolvido é uma só, queremos acesso às suas tecnologias - inclusive as tecnologias que não agridam o meio ambiente - volume maior de comércio e investimentos. (30)

Como existe uma distância intransponível entre o desejável e o possível, e como as relações internacionais ainda se encontram amparadas - apesar dos discursos otimistas e dos que não acreditam nisso - em critérios de força, de poder e de pressões, onde a compaixão inexistente, pouco se importando os países ricos se os índices de mortalidade infantil aumentam assustadoramente nos seus pares pobres, desde que eles mesmos não sejam afetados, onde os conceitos de ordem justa e igual não passam de palavras lançadas às águas apenas para mover moinhos, aos países pobres a chance de se equipararem às nações industrializadas do Hemisfério Norte é tão somente uma vontade que demorará a ser atingida

Se algum dia isto for possível, porque os indicadores mundiais são cruéis, e apontam distanciamentos cada vez maiores. O Brasil, por exemplo, fechou a década de 80, com a pior qualidade de vida dos últimos tempos (31) E, segundo o relatório do BIRD, de 1991, o país ocupava o 85º lugar em renda per capita entre 124 países analisados. (32)

Os anos 80, conforme dados do UNICEF, foram simplesmente perdidos para as crianças brasileiras, já que 50,5% da população até 17 anos viviam em famílias com renda per capita até meio salário mínimo. (33)

30) Cf. Jornal do Brasil, 13.5.90, p. 27

31) Cf. O Globo, 20.12.90, p. 26

32) Cf. Gazeta Mercantil, 6-8.7.91, p. 13

33) Cf. Folha de S. Paulo, 7.11.91, p. 1-15.

Com indicadores desta natureza a preocupação maior governamental, realisticamente falando, não deve ser a de se preocupar em ocupar lugar de destaque no concerto internacional. As prioridades devem ser canalizadas no sentido de resolver os conflitos internos, as desigualdades alarmantes visando com isso salvar seu patrimônio mais caro; a própria população.

Só a partir daí, pensar em outras metas mais ambiciosas, já que o país detém potencial suficiente para, um dia, exercitar razoável papel no jogo do poder mundial.

Afinal de contas, de nada valem o controle da tecnologia nuclear, os superavits da balança de pagamentos e as influências nas decisões mundiais, se a própria sociedade não puder usufruir desses benefícios.

Por último, deve-se recordar que nenhum país do mundo conseguiu se projetar internacionalmente, sem que investimentos maciços fossem destinados à educação. A alta evasão escolar, os baixos salários dos professores, tornando o setor praticamente inviável são indicadores de que no mínimo as prioridades estão sendo mal definidas e completamente equivocadas. Considerando inclusive para as próprias ambições nacionais (se assim as podemos designá-las).

O papel a ser exercido por um país no mundo é, sobretudo, consequência de seu desenvolvimento interno - aí incluindo aumento de qualidade de vida, com melhores condições de trabalho, de saúde, de educação, saneamento, benefícios sociais, etc. - e não objetivo a ser alcançado a qualquer custo, priorizando apenas os interesses do Estado em detrimento da própria sociedade.

No cenário de nascimento de Antônio Gramsci, é sempre útil lembrar as sábias idéias por ele desenvolvidas em sua conhecida obra, sobre o que é ser grande potência, para não correr o risco de sê-lo apenas nas cartas diplomáticas (34)

34) Cf. A. Gramsci. Maquiavel, a política e o Estado Moderno Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 191-193



NOME: _____

NAME: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO
DA REMESSA.

Non-acknowledgment of receipt will indicate that
further publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13.081 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (0192) 39.8342

Telex (019) 1150 - Telefax (0192) 39.3327

Correio eletrônico: pubifch@ccvax.unicamp.ansp.br